



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº _____/2020
(Do DEP IVAN VALENTE)

Requer ao Ministro de Estado da Defesa informações sobre a atuação das Forças Armadas frente as manifestações em defesa da democracia e contra o racismo marcadas para o dia 07 de junho de 2020.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, §2º da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requiero que, ouvida a Mesa, seja encaminhado ao Senhor **Ministro de Estado da Defesa**, pedido de informações sobre:

- 1) As Forças Armadas estão monitorando ou pretendem monitorar, à distância ou presencialmente, as manifestações em defesa da democracia e de combate ao racismo que estão ocorrendo no país? Como se dá este monitoramento? A atividade conta com a presença de membros das Forças Armadas não identificados infiltrados entre os manifestantes?
- 2) As Forças Armadas realizaram ou realizarão alguma operação relacionada às manifestações em defesa da democracia e de combate ao racismo que estão ocorrendo em todo o país?
- 3) As Forças Armadas pretendem monitorar ou realizar alguma outra operação relacionada às manifestações do próximo domingo, dia 07 de junho de 2020? Qual efetivo designado para esta atividade? Há previsão de que membros das Forças Armadas compareçam aos eventos de forma não identificada para se infiltrar entre os manifestantes?
- 4) Quais foram as atividades e o efetivo designado pelas Forças Armadas para monitorar ou acompanhar as manifestações apoiadas pelo Presidente da República que tiveram como pauta o fechamento do



Legislativo e do Supremo Tribunal Federal? Essas manifestações contaram com a presença de membros das Forças Armadas não identificados infiltrados entre os participantes?

- 5) Com que objetivo o Exército postou uma foto do pelotão de Infantaria “anti-distúrbios” às vésperas da manifestação em defesa da democracia e contra o racismo marcadas para o dia 07 de junho de 2020. Há perspectiva de as Forças Armadas reprimirem as manifestações democráticas?
- 6) As Forças Armadas realizam troca de informações ou qualquer tipo de ação articulada com as polícias civis e militares para fins de monitoramento de lideranças políticas envolvidas nas manifestações em defesa da democracia e contra o racismo?

JUSTIFICATIVA

Historicamente, manifestações promovidas por trabalhadores, professores, estudantes, povos indígenas, movimento negro, população LGBT e demais representantes da sociedade civil são surpreendidas com a presença de agentes públicos que se infiltram nos eventos sob pretexto de monitorá-los.

Muitas vezes, os agentes infiltrados terminam sendo responsáveis por dar início à prática de atos violentos ou de vandalismo, de maneira a provocar o efeito manada e, assim, comprometer o caráter pacífico das manifestações e incriminar seus participantes e organizadores.

Vivemos um momento extremamente sensível de nossa história. Desde a sua promulgação, a Constituição de 1988 nunca foi tão ameaçada. As instituições democráticas são alvo constante de ataques nas redes sociais e por manifestantes apoiados pelo Presidente da República. A tensão entre os membros dos Poderes nunca foi tão grande, a ponto de Ministros da Suprema Corte chegarem a ser ameaçados por membros do Poder Executivo. Tudo isso em meio a uma pandemia que avança de forma cruel sobre nosso país, vitimando, majoritariamente, a população negra e pobre das periferias, sob o olhar indiferente do Poder Executivo Federal.

É exatamente este contexto que está levando muitos a ocuparem as ruas para defender a democracia e exigir o combate ao racismo. É o mesmo contexto que leva muitos a se preocuparem com o respeito às suas liberdades, especialmente ao seu direito de livre manifestação, por agentes públicos ligados às forças de segurança e às Forças Armadas.

Vale ressaltar que nosso país tem um histórico de infiltração de agentes de segurança e das Forças Armadas em manifestações pacíficas. Num dos episódios mais recentes, o major [Willian Pina Botelho, que usava o codinome Balta Nunes](#), foi flagrado infiltrado num grupo de jovens que se manifestavam contra o Governo. O major admitiu que estava infiltrado em grupos de WhatsApp e do Facebook

formados pelos manifestantes que terminaram detidos, embora ele mesmo admitisse que o grupo era pacífico. Tanto o major quanto o Exército usaram o decreto de Garantia de Lei e da Ordem (GLO) para justificar a ação¹, porém ela não encontra nenhum respaldo constitucional, sendo uma clara violação das liberdades dos cidadãos de nosso país.

A publicidade e a transparência são partes constitutivas do regime democrático, logo, impeditivas de ações de controle social que funcionam à margem do conhecimento público, sobretudo quando se trata de manifestação democrática.

Daí a importância de saber se esses órgãos estão interferindo ou pretendem interferir nas manifestações em defesa da democracia e contra o racismo que estão ocorrendo e sendo agendadas em todo o país.

São essas as razões que nos levam a formular o presente Requerimento de Informações.

Sala das Sessões, 04 de junho de 2020.

IVAN VALENTE
DEPUTADO FEDERAL PSOL/SP

Documento eletrônico assinado por Ivan Valente (PSOL/SP), através do ponto SDR_56359, na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.



¹ https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/29/politica/1530293956_036191.html